

UM OLHAR POSSÍVEL SOBRE A INFÂNCIAⁱ

Xênia Fróes da Motta

Renato da Silva

Resumo:

Este trabalho apresenta um breve estudo sobre os diversos olhares na perspectiva da infância. Recorro ao clássico Philippe Ariès que relata sua pesquisa por meio da iconografia; a Kuhlmann Jr., com uma perspectiva brasileira; a Norbert Elias, com uma pesquisa em que demonstra que a infância é uma construção cultural e a Foucault que trata do discurso que proferimos sobre a infância. Percorrendo o tempo, solicito a contribuição de autores contemporâneos que através de seus múltiplos estudos retratam o pensamento que busca descortinar as infâncias ao longo da história.

Palavras-chave: infância; história; contemporaneidade

Abstract:

This paper presents a brief study of different approaches in view of childhood. I appeal to Philippe Ariès reporting his research through the iconography; to Kuhlmann Jr., with a Brazilian perspective; to Norbert Elias, with the research that shows that childhood is a cultural construct and to Foucault and his speech on childhood. Travelling through time, I request the contribution of contemporary authors that, through their multiple studies, portray the thought of uncovering childhood throughout history.

Keywords: childhood, history, contemporary

Introdução:

Pensar a infância na contemporaneidade se constitui a partir de diversas perspectivas, de uma polifonia, de uma variedade de reflexões, possibilidades e autores. A proposta deste artigo é fazer um recorte dos conceitos da infância tomando como parceiros os pensadores que contribuem para o aprofundamento desta temática, dentro de uma perspectiva na qual o contexto histórico-social tenha relevância.

Acredito que compreender a história da infância é conhecimento básico para quem se disponibiliza a trabalhar com crianças pequenas. Entender a lógica histórico-cultural através dos tempos favorece os fazeres que são

constituídos de concepções, ora ultrapassadas, ora contemporâneas. Então, para realizar um trabalho contextualizado e respeitoso para com a infância é relevante entender a história da pequena infância. Ressalto que neste artigo realizo uma breve pesquisa que almeja apenas uma introdução para outras reflexões sobre esta temática que incita a investigação acadêmica.

Destaco o pioneirismo de Philippe Ariès (1981) com seus estudos através da iconografia clássica, nos sentimentos e nas mentalidades da vida privada. Junto a Ariès (1981), Kuhlmann Jr. (2001) identifica uma contrapalavra que reflete a diversidade que novos olhares podem verter para a infância.

As contribuições de Norbert Elias (1994), no que tange à civilização como transformação de comportamento na perspectiva da infância, remete à ideia de que a infância é também uma produção cultural, visto que é através dos processos culturais que se configuram as infâncias.

Foucault (1987), em seus estudos, demonstrou como funcionam as relações de poder sob a ótica do discurso proferido para e sobre a infância. Esse “discurso de verdade” impõe uma generalização do que é ser um sujeito infantil, escamoteando as várias infâncias que vêm sendo, ao longo do tempo, constituídas.

Dessa forma, o discurso aqui descrito não tem a intenção de ser a verdade autoritária e monológica, mas de encaminhar o já falado, recontextualizando-o para mediar a arquitetura da educação infantil com vistas ao melhor entendimento sobre o percurso da infância.

Assim entendo que a sociedade contemporânea olha para uma infância que mudou. Não mais a infância da Idade Média, entretanto considero que somente as pessoas que realmente acompanharam as mudanças históricas sociais conseguem entender essas mudanças. Pergunto: a infância permanece invisível para você?

A infância por Ariès

A temática da infância afirmou-se como objeto histórico com a pesquisa de Philippe Ariès (1981), um clássico na área, que representa um ponto de

partida ao percorrer as transformações dos sentimentos e atitudes em relação à criança desde a Antiguidade até a sociedade Moderna. Ele se utiliza da pesquisa historiográfica e sua narrativa é permeada pela iconografia religiosa e leiga da Idade Média. Apesar de ter sofrido muitas críticasⁱⁱ, sua contribuição para a análise das transformações do sentimento de infância ao longo da história ainda é indispensável para a confirmação do pensamento, de que não se trata apenas de modificações biológicas ou naturais, mas de categorizações sociais e históricas sujeitas às transformações que ocorrem na sociedade.

A pesquisa de Ariès aponta que o sentimento de infância veio surgindo do século XII ao XVIII. Na arte medieval até o século XII não se detecta nenhuma expressão infantil. “É provável que não se tivesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1981, p. 50).

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la; é difícil acreditar que essa ausência se devesse à falta de habilidade ou de competência. Parece mais provável que a infância não tivesse lugar naquele mundo (ARIÈS, 1981, p. 50).

Durante o século XVII houve uma mudança do pensamento, um novo hábito surgia entre a burguesia, em que o termo infância se aproxima ao sentido moderno. “A ideia de infância estava ligada a ideia de dependência” (ARIÈS, 1981, p. 42). Isso significava que a criança deixava de sê-la quando esta dispensava cuidados de sobrevida.

Quando a criança possuía algum tipo de autonomia (entre os cinco ou sete anos), ela demonstrava que estava pronta para adentrar a vida adulta em toda sua dimensão. Consideravam-na um adulto em miniatura, pois tinha tarefas como as das pessoas mais velhas e todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente. Logo a criança era enviada para conviver com outras famílias para aprender os trabalhos domésticos e os valores humanos. Então, com essa separação o sentimento ficava diluído.

Finalmente, no século XVI e XVII, a criança saiu do anonimato e passou a figurar em cenas de retratos de famílias. Assim a iconografiaⁱⁱⁱ laica burguesa cede lugar à iconografia religiosa (ARIÈS, 1981).

No relato de Ariès (1981), observa-se uma infância invisível, que derivou

para uma infância controlada, passada da indiferença a objeto de “diversão” e da diversão para o “enclausuramento” em nome de uma suposta proteção. Para o autor, a educação jesuítica revela uma forma de conceber criança e infância. Iniciam-se os castigos e a inocência preservada. No século XVII o homem entende que tem que preservá-la “das sujeiras da vida^{iv}”, isto é, a criança é inocente e educá-la passa a ser um objetivo para que ela se transforme num “homem de bem”, características que se formam no Iluminismo.

As consequências desse novo olhar trazem alguns investimentos específicos para a criança, principalmente sobre o que ensinar para elas. Em fins do século XVII, com vistas à preservação das crianças e à preocupação dos pais em escolarizar seus filhos, surge o movimento promovido pelos reformadores ligados à igreja, às leis e ao estado que é bem visto pelos genitores: a escolarização das crianças, que é chamado de “enclausuramento”.

Por volta do século XIII, surge um sentimento no meio familiar, chamado de “paparicação”, destinado às crianças bem pequenas. Esse sentimento suscitava nas pessoas um prazer despertado pelos modos peculiares de as crianças se comportarem. As crianças nessa fase aparecem nas obras de arte de maneira variada: caracterizadas na forma adulta; na forma de um anjo representado por um jovem, que se manteve até o século XVII; na forma do menino Jesus, e, na fase gótica, enrolados em cueiros ou vestidos com uma camisa ou camisola (ARIÈS, 1981, p.52).

A criança passa a ser vista com visibilidade em relação ao sentimento de infância. Movidada pela “paparicação” e pela diversão dos adultos, ela é também motivo de irritabilidade e repúdio. Como diz Montaigne,

Não posso conceber essa paixão que faz com que as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não tem ainda nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente (ARIÈS, 1981, 159).

É nessa perspectiva que segue o olhar de Ariès (1981), que por muito tempo manteve-se intacto na ótica de uma sociedade que olhava para a

criança a partir desta construção histórica. Segundo Sarmiento (2007, p. 28) “essas concepções foram profundamente mudadas pela emergência do capitalismo, pela criação da escola pública e pela renovação das idéias pela crise do pensamento teocêntrico”.

Outros olhares possíveis

A partir dos pressupostos de uma reconstrução histórica, perpassam as linhas gerais de como se deu a “invenção da infância”, isto é, diante de alguns pressupostos relacionados aos limites e às configurações sociais de cada época. Dada a importância do trabalho de Ariès, torna-se viável elencar outros lugares, outras vozes, igualmente importantes, para que haja repercussão de múltiplas visões.

Moisés Kuhlmann Jr. (2001) é um dos autores que contrapõem as pesquisas de Ariès expostas anteriormente. Sua obra embasa e auxilia na reconstrução do conceito dessa infância. Dar voz e vez aos diferentes olhares, às diferentes narrativas, resgatar os rastros, estabelecer conexões, dialogar/analisar com outros autores permite que o entendimento das concepções que se têm da infância seja aclarado, reavaliando e atualizando as próprias concepções na contemporaneidade. Nesse contexto:

O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram. E acrescenta que os historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon ‘arrolaram os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância da época’ (KUHLMANN JR, 2001, p. 22).

Kuhlmann Jr. (2001) apresenta “a história contada a contrapelo^{vm}” carregada de possibilidades de subversão narrada por Ariès, que é a dos vencedores, dos meninos ricos, e imbuída de conceitos generalizantes (SARMENTO, 2007; KUHLMANN JR, 2001). Em relação à escolha das fontes pesquisadas por Ariès selecionadas através de livros de arte, essa seleção tem função “a priori” estética e não informativa e documental, então caberia ao autor assinalar tal observação em sua conclusão. Como Ariès optou por uma pesquisa na categoria das obras de arte, sua seleção tem prioridade na função

estética.

As classes sociais que tinham condições de serem retratadas eram a da nobreza e a do clero; portanto, há de se entender que o resultado merece ressalvas no que tange a “história do sentimento de infância”. O próprio Ariès (1981) é retratado quando participa da confecção do livro: História da Vida Privada. (KUHLMANN JR, 2001, 23):

[...] é criticado frequentemente o facto de Ariès teorizar sobre toda a categoria social infância, tendo utilizado registros documentais provenientes do clero e da nobreza, havendo, por consequência, uma ausência de referência às crianças das classes populares (SARMENTO, 2007, p. 27)

Acredita-se que, para Ariès (1981), inicialmente, pesquisar a história da infância pela voz das obras de arte não era um problema, já que é desbravador nesse estudo. Entretanto, na atualidade é interessante encontrar mais observações de pesquisadores que revelam quadros interpretativos de concepções de infância. Essas observações caracterizam-se também por lacunas que a história deixa como pistas para reelaborar e desconstruir as imagens estabelecidas na faixa etária aqui estudada. As pesquisas de Ariès (1981) são de enorme significância para o entendimento das concepções infantis, mas um leque de pesquisas favorece uma melhor compreensão do panorama histórico cultural.

Outra pista importante está na questão das crianças pobres que ficaram deslocadas desse estudo que Ariès (1981) disponibiliza em seu livro “História social da Criança e da Família”:

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis, como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança (KUHLMANN JR, 2001, p. 23-24).

Nesse sentido, Kuhlmann Jr. (2001) torna possível inferir a imagem

existente de uma infância “pobre”, por conta de tratados, documentos oficiais que evidenciam atendimento às classes operárias ou camponesas. Assim, ter acesso a essas pesquisas permite depreender um olhar mais abrangente, de modo que nem toda sociedade medieval possuía o mesmo sentimento em relação à infância, confirmado pelo autor que diz que “a indiferença medieval pela criança é uma fábula e, no século XVI, como vimos, os pais se preocupavam com a saúde e a cura de seu filho. Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII [...]” (GÉLIS *apud* KUHLMANN JR, 2001, p. 23).

Sendo assim, mesmo as crianças pobres tinham algum tipo de acesso à saúde, à educação e à proteção, pois “se é difícil encontrar registros das classes populares, há um amplo conjunto de documentos no âmbito da vida pública, envolvendo as iniciativas destinadas ao atendimento aos pobres e aos trabalhadores” (KUHLMANN JR, 2001, p. 25).

Norbert Elias traz contribuições para os processos culturais, a partir das relações que as crianças estabelecem entre si e com os adultos. Em Elias (1994) encontra-se outra versão de sujeito moderno, a partir da Renascença, uma maior individualização, um crescente controle dos sentimentos. O século XVI representa um elo entre conduta e código de conduta que estão em movimento. A sociedade moderna está se transformando e gradativamente se aproxima ao que se chama de “sociedade civilizada europeia” (BUJES, 2002, p. 33).

Observa-se que os comportamentos individuais apresentados pelas crianças são entendidos como comportamentos muitas vezes natos/naturais, ou seja, que fazem parte da constituição do ser humano. As várias interferências a que as crianças são submetidas em seus contextos históricos, sociais e culturais, denotam o processo civilizador por qual todo ser humano passa. Gestos, forma de vestir, expressões faciais, denotam o tempo histórico e cultural vivenciado. Para Elias (1994), o homem perpassa um processo social de “civilização” que pode ser compreendido ao longo da história. Ele acredita que “mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é

uma função do processo civilizador social” (ELIAS, 1994, p. 15).

Entender a infância com as premissas de Elias (1994) é dar visibilidade às novas formas de compreender essa faixa etária, reconfigurando-a e atualizando o lugar ocupado pela infância na sociedade atual. Aperfeiçoar os conhecimentos sobre as crianças e sobre a infância problematiza o conceito tradicional de infância e possibilita o melhor entendimento da criança e da infância na contemporaneidade.

Para abordar a infância a partir da perspectiva do pensamento foucaultiano, no presente estudo, as relações de infância e poder são priorizadas. A ideia que se tem de criança na contemporaneidade, usualmente é como um espaço etéreo, um lugar atemporal, uma visão de infância da falta, da dependência, em que gradativamente vai conquistando autonomia, moral, intelectual e também como um tempo cronológico privilegiado, um ideal de perfeição (BUJES, 2002). Pensar infância nestes termos é conceber a criança como um “vir a ser”. É concebê-la pelo que lhe falta, concepção ainda comum em muitas práticas cotidianas, na Educação Infantil, na sociedade atual.

Entretanto, a partir dos estudos de Foucault para discutir as relações de infância/poder é dever olhar para ela “como um sujeito/objeto cultural, pelas formulações científicas, pelos meios de comunicação de massa” (BUJES, 2002, p. 19). É pensar que os discursos produzem o sujeito infantil, e a construção discursiva produz a infância. Pensar as questões da infância sob o paradigma deste pesquisador é refletir o quanto essa infância corresponde às infâncias que se conhece. “É nos questionarmos sobre os efeitos de tal modo de significar a infância nas práticas que historicamente organizamos para ela e naquelas hoje vigentes na sociedade” (BUJES, 2002, p. 19).

Bujes (2002) diz que pensar sobre as práticas pedagógicas que operam na constituição dos sujeitos infantis é refletir sobre como o discurso que se profere implica na constituição deles. O discurso proferido orienta e constitui a identidade dos sujeitos infantis e, em linhas gerais, os modelam de forma invisível. A problematização do conceito de infância nos dias de hoje, com o aporte teórico de Foucault (2008), passa a ser fundamental. No entanto, Foucault também revela que o poder está nas práticas de verdade. O discurso

entendido como verdade impõe ao outro uma verdade monológica. Portanto, interessa não somente os modos de operar o poder, mas principalmente:

As verdades que sustentam o seu exercício não no sentido de encontrarmos a “verdade mais verdadeira”. A verdade definitiva, mas para questionarmos por quais estratégias/mecanismos/artifícios ela veio a se constituir como tal. É preciso ter presente que o poder é mais insidioso lá onde se exerce como verdade (BUJES, 2003, p. 19).

Infância: sob a ótica da contemporaneidade

No mundo contemporâneo há multiplicidade de concepções sobre os modos de ser da criança que se encontram bastante ampliadas. Vários pesquisadores¹ vêm apontando para as transformações constantes nos papéis e estatutos sociais que lhe são designadas (NUNES & CORSINO, 2009, 16).

Na década de 1980, Sirota (2008), como uma das pioneiras a organizar estudos sobre a infância, levantava a bandeira de que havia uma urgência na estabilização da sociologia da infância. A proposta era constituir a infância, enquanto objeto de pesquisa demonstrando constatação de carências e segmentação do objeto. Outro ponto importante é o conceito de infância que, segundo a autora, no passado houve uma percepção de infância, como um sujeito que ainda não está pronto, um eminente projeto de pessoa. A autora afirma que “trata-se de romper a cegueira das ciências sociais para acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação a seu ressurgimento nas práticas e no imaginário social” (SIROTA, 2008, p. 11).

A ideia é pensar a infância sob o olhar das suas próprias práticas diárias, do cotidiano das crianças, e não apenas sob o estigma da escolarização, como se isso fizesse parte desse ser. Romper com a proposta hegemônica de uma infância passiva restrita a conceitos universais naturalizados.

Segundo Nunes & Corsino (2009), a infância na perspectiva de uma categoria da sociedade tem suas expectativas de vida diretamente associadas às mudanças da vida cotidiana, do entorno social, das instituições educativas

¹ SARMENTO (Universidade do Minho); KRAMER (PUC/RJ); CASTRO (UFRJ); FARIA (UNICAMP); CRUZ (UFCE); e ROCHA (UFSC) (NUNES e CORSINO, 2009, p. 16).

e, principalmente, da mídia cuja potência em expressar significados é latente. Diante da multiplicidade de vivências infantis, coexistem realidades e representações diferentes.

Sarmiento *apud* Nunes & Corsino (2009) enfatiza que na sociedade globalizada, em que se vive a “norma” da infância, esta caminha para manter-se de modo universalizante por ocasião das políticas públicas, e do sistema que a engendra. Para Sarmiento (2007) a universalização da infância é produto de um amplo sistema nos quais estão inseridos as categorias econômica (mercado infantil), política (BIRD, Unesco), social (a instauração do cotidiano infantil, universalização da escola) e cultural (Xuxa, como mito infantil). São os traços da globalização na construção de uma infância global. Entretanto, segundo o autor, a criança apesar de ser considerada na legislação como cidadã, ainda permanece velada/invisibilizada em seus direitos políticos, mas o que vem à tona é que “não é de ausência política que se trata, mas de invisibilização na cena pública” (SARMENTO, 2001; 2007, p. 38 e 39).

Atentar para a disseminação de uma infância universal é medida *sine qua non* para destituir a lógica da infância naturalizada, violentada, adultocêntrica, e tantos adjetivos que se têm visto ao longo da história.

Ao negarmos uma compreensão da criança que a desqualifica como alguém incompleto, quer dizer, alguém que se constitui num *vir-a-ser* distante no futuro, privilegiamos situá-la no espaço em que o tempo se entrecruza entre presente, passado e futuro [...] a criança não se constitui no amanhã: ela é o hoje, no seu presente, um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo (SOUZA, 2009, p. 159).

Ao mesmo tempo “o reconhecimento das crianças como sujeitos da cultura e o incentivo de sua participação na produção cultural acabam por servir de base, evidentemente retorcida e distorcida, para uma inevitável aceitação do trabalho infantil” (NUNES & CORSINO, 2009, p. 19). O menino que trabalha na roça é visto da mesma forma que aquele que trabalha na novela? Na contemporaneidade, vê-se uma demanda da sociedade pela erotização dos corpos infantis, ora em trabalhos como modelo, ora nas lojas que trazem subjacentes na vitrine concepções adultizadas de crianças. A adultização da infância contemporânea revela um momento histórico que

mostra uma crise de valores.

O mundo da infância atual explicita um confinamento que soa como proteção, mas que recai na privação do exercício dos direitos políticos. A especificidade da geração da infância contemporânea evoca, entretanto, a importância de dar voz às crianças, como um desconstrucionismo das imagens estabelecidas. Nesse sentido, a educação infantil ocupa um espaço importante para a dignificação do constructo social infantil na contemporaneidade, que em seus fazeres reergue-se na ampliação da imagem do inacabamento. Assim sendo, operar uma infância constituída de possibilidades vem ao encontro das múltiplas linguagens que compõem o universo infantil.

Considerações finais

As concepções abordadas pelos diferentes teóricos proporcionam visualizar uma infância que vem sendo construída pela e através da história. Nesse contexto, vejo como apropriado ampliar a análise com outras vozes que permitem penetrar nas fissuras da história para montar um conceito contemporâneo que abarque mais possibilidades histórico-culturais.

Enquanto Ariès ajusta o foco nos sentimentos e mentalidades da vida privada, de alguma forma desprezando a ação do Estado, Foucault se preocupou em estudar todas as dimensões em que o poder é exercido pelo homem. Isso implica, também, a forma como o Estado interfere na vida privada.

Creio que, seguindo os passos de Foucault, a instituição escolar surge a partir da herança jesuítica que disponibiliza o que o autor chama de complexos dispositivos de poder disciplinar, considerando-se que a “disciplina” é um modo de exercer o poder. Desejo enfatizar que o discurso proferido para a infância está carregado de intenções, e que em última instância dirigem as condutas infantis. Nesse sentido, a “escola” é a instituição onde se dá o eixo de formação do indivíduo através das práticas de poder. Tudo o que se faz dentro de uma escola está carregado de práticas discursivas e não discursivas que geram os conceitos que temos de nós mesmos e dos outros. Desse modo as

experiências educativas que ocorrem na infância são experiências demarcadas por regras e procedimentos que incitam subjetividades dóceis, disciplinadas, obedientes.

Para se contrapor a Ariès (1981), vejo em Kuhlmann Jr. (2004) um recorte para a realidade brasileira. Dessa forma, a história da infância (pobre) brasileira tem um caráter singular, sendo primeiramente atendida pela assistência social, o que no meu entender contribuiu para inicialmente uma “educação dos pobres”. Vale ressaltar que equivocadamente foi o atendimento de baixa qualidade e não especificamente a Assistência Social. Vejo então, nesse momento, um ponto importante que identifico como um ranço na concepção da imagem de infância. Refiro-me aqui às políticas sociais sobre a infância que precisa de assistência e de um governo historicamente paternalista.

O conceito de infância que venho construindo perpassa um olhar em que o processo civilizatório da sociedade assume grande influência. Sendo assim, Elias (1994) complementa a minha lógica quando em suas pesquisas torna visível que os processos culturais a que a sociedade/infância vem sendo submetida atestam que a assimilação de condutas é constituída de aprendizagens e em nada naturalizadas. Portanto a ideia de infância, segundo a lógica do autor, configura-se como aprendizado de condutas, comportamentos. Os valores e crenças que se conhecem são apresentados e incorporados à infância como naturais, levando à formalização das regras e instituindo as condutas civilizadas. Portanto, segundo Elias, a infância pode ser entendida a partir de suas teias configuracionais que envolvem a infância com o aporte de seu tempo, de seu espaço e de suas relações com outros grupos.

Na busca da arquitetura conceitual da infância na sociedade contemporânea, encontro Sirota (2001), uma pesquisadora que destacou a “criança como ator”, e Sarmiento (2007), que mostra que a infância deseja falar por si própria. Sirota diz que esta sociedade vem instigando a infância com o reconhecimento de sua completude, no sentido de não estar sendo preparada para isso. Sarmiento alerta para o fato de que ainda é preciso resgatar a voz da infância diante de imagens infantis redutoras e cristalizadas.

A infância que vislumbro deve estar exposta aos conhecimentos

historicamente construídos pela civilização, haja vista que as teorias por caminhos diversos mostram o quanto a infância é suscetível aos conhecimentos produzidos culturalmente.

Na contemporaneidade a infância vem conseguindo espaço no âmbito do atendimento as suas singularidades. Muitas foram as lutas que envolveram a sociedade como um todo, em alguns momentos com a participação das mulheres, para que a infância tivesse direito a uma atenção particularizada às necessidades inerentes à faixa etária que, em nossa sociedade, convencionamos de zero a seis anos. A educação da pequena infância no Brasil tem peculiaridades e como demonstrei vem se modificando, vem se tornando visível.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas - sobre arte, técnica, linguagem e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BUJES, Maria. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

BUJES, Maria. *Alguns apontamentos sobre as relações infância/poder numa perspectiva foucaultiana*, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reuniões/26/outrostextos/mc7mariaisabelbujes.doc>. Acesso em: 14 abr. 2011

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. de Ligia M. Pondé vassallo. Petrópolis, vozes, 1987. P. 125 - 172.

_____, *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 16. ed.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil - uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. Educação e currículo. In: FARIA, Ana; Palhares, Marina (orgs.). *Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

NUNES, Maria. Educação infantil - instituições, funções e propostas. In: CORSINO (org.). *Educação infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

NUNES, Maria; CORSINO, Patricia. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO (org.). *Educação infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SARMENTO, Manuel. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: LEITE FILHO, A.; GARCIA, Regina (orgs.). *Em defesa da educação infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SARMENTO, Manuel. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera; SARMENTO, Manuel (orgs.). *Infância (In)visível*. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, 2007.

SIROTA, Regine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 7-31, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____, As delícias de aniversário. Uma representação da infância. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos. v.2, nº 2. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>

SOUZA, Solange. *Infância e linguagem – Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. 12. ed. Campinas, Papirus. 2009.

VASCONCELLOS, Vera M. R. e SARMENTO, Manuel. (Orgs.) *Infância (In)visível* p. 7 – 49 .

ⁱ A prospective point of view on childhood

ⁱⁱ As críticas estão inscritas e comentadas no prefácio do próprio livro de Philippe Ariès: *História social da criança e da família*, 1981.

ⁱⁱⁱ Segundo Erwin Panofsky (2009, p.27), iconografia é o estudo do tema ou assunto “mesmo na descrição mais elementar de uma pintura unem-se dados de conteúdo e dados formais”.

^{iv} Termo utilizado no texto de Ariès, 1981, p. 146.

^v Termo utilizado em Benjamim, 2010, p. 225.